

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



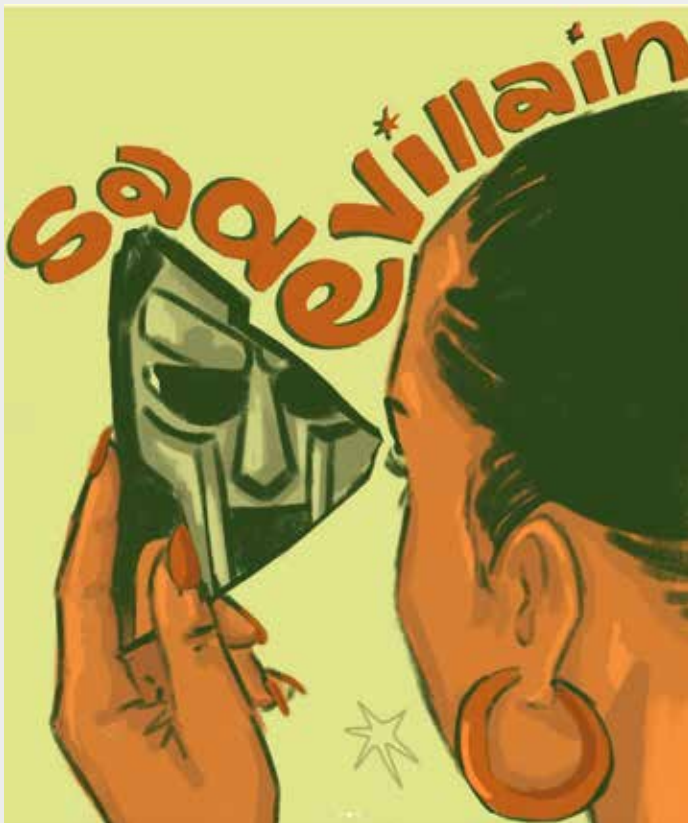
Novo mundo do trabalho e sustentabilidade ambiental

Escala 6x1 unifica
juventude em torno do
trabalho decente

Comunidades rurais
articulam trabalho,
território e meio ambiente

CONFIRA A SEÇÃO **OPORTUNIDADES**

Novo mundo do trabalho e sustentabilidade ambiental na periferias



ARTE DE BARBARA TRISTÃO

A edição 68 da **revista Reconexão Periferias** chama a uma reflexão sobre trabalho e sustentabilidade ambiental. A autonomia comunitária rural é o tema tratado pela doutoranda e mestra

em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) Eduarda Paz Trindade. Em seu artigo, ela afirma que quando o debate público fala em novo mundo do trabalho, o

cenário evocado costuma ser urbano: o entregador na bicicleta, o motorista de aplicativo, a uberização. E quando se fala em transição ecológica e energética, a imagem é a do carro elétrico ou do crédito de carbono. As periferias rurais brasileiras – assentamentos, quilombos, fundos e fechos de pasto, retomadas indígenas, comunidades extrativistas e ribeirinhas – desaparecem dos dois debates. No entanto, é justamente nelas que se experimenta há décadas uma articulação entre trabalho, território e meio ambiente e onde esses debates apenas começam se destacar.

No artigo *Combater desigualdades com a redução da jornada e o fim da escala 6x1*, a equipe do projeto Reconexão Peri-

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ CONSULTOR RESPONSÁVEL ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS
■ COORDENADOR DO PROJETO PAULO CÉSAR RAMOS ■ EQUIPE RUAN BERNARDO, DANILO MORAIS, DARLENE TESTA
E BARBARA MARTINS ALVES DOS SANTOS ■ EDIÇÃO E REVISÃO ROSE SILVA ■ PRODUÇÃO EDITORIAL CAMILA ROMA
■ PROJETO GRÁFICO CACO BISOL ■ DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO BRENNO ALMEIDA
(PRESIDENTE INTERINO), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ALEXANDRE MACEDO DE OLIVEIRA, CARLOS HENRIQUE
ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, MONICA VALENTE, NAIARA TORRES E VALTER POMAR.

ferias relembra que todas as grandes transformações nas jornadas de trabalho foram acompanhadas de resistência empresarial. “A jornada de oito horas, hoje considerada um direito básico, também foi tratada no passado como ameaça à economia. No entanto, a experiência internacional demonstra que a redução do tempo de trabalho pode impulsionar ganhos de produtividade, estimular inovação tecnológica e melhorar as condições de saúde física e mental dos trabalhadores.”

No artigo sobre os idosos, um dos polos mais frágeis da sociedade contemporânea quando se fala do mundo do trabalho, o consultor responsável pelo projeto Reconexão Periferias, Artur Henrique Silva Santos, e a integrante do Setorial Nacional da Pessoa Idosa do PT Maria do Carmo Guido afirmam que a luta é por um envelhecimento digno, em uma pátria soberana e democrática, com direitos assegurados para se envelhecer bem, com políticas

públicas que atendam brasileiras e brasileiros que alcançaram maior longevidade justamente em razão da proteção social estabelecida no Estado Democrático de Direito.

Onde sonham as crianças? Por uma cidade do bem viver contra o racismo ambiental é o tema abordado pela mineira, pedagoga e multiartista Aline Neli, no texto em que analisa o sistema econômico atual. “Fundado na extração insaciável e na mercantilização da vida, trata a natureza como estoque e os corpos humanos como força de trabalho coisificada, e sob esta lógica, os seis biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, são reduzidos a fronteiras de commodities.”

Na entrevista, a secretária Nacional de Juventude do governo federal, Vitória Genuino, afirma que o governo Lula vive um momento de reconstrução das políticas públicas para a juventude, depois de anos de desmonte dos

espaços de participação social. Para ela, o desafio é combinar políticas concretas, como ID Jovem, Pé-de-Meia, cursinhos populares, novos Institutos Federais e enfrentamento à precarização do trabalho, com novas formas de diálogo com uma geração que nem sempre se organiza pelos caminhos tradicionais da política. “Temos buscado nessa nova gestão pensar novas formas de diálogo com a juventude”, diz.

A seção de arte apresenta a artista plástica, ilustradora, arte-educadora e produtora cultural de Barueri e região metropolitana de São Paulo Bárbara Tristão. A partir de vivências pessoais e territoriais para explorar temas como identidade, sexualidade, autoestima e relações afetivas, ela desenvolve pesquisas visuais que investigam o cotidiano e a cultura periférica e busca construir representações visuais que valorizem corpos dissidentes e aspectos frequentemente invisibilizados. ■

Desafios da pessoa idosa e a defesa dos direitos

ARTUR HENRIQUE SILVA SANTOS E MARIA DO CARMO GUIDO

ARTUR HENRIQUE SILVA SANTOS
É CONSULTOR
RESPONSÁVEL PELO
PROJETO RECONEXÃO
PERIFERIAS

MARIA DO CARMO GUIDO É INTEGRANTE
DO SETORIAL
NACIONAL DA PESSOA
IDOSA DO PT



FOTO: MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL

O Brasil possui cerca de 35,2 milhões de pessoas com 60 anos ou mais. Esse contingente representa aproximadamente 16,6% da população total do país e confirma a rápida transição demográfica nacional, com a população idosa superando o número de crianças e jovens.

Um olhar sobre o detalhamento dos dados do IBGE mostra que:

- Gênero: 55,7% são mulheres e 44,3% são homens.
- O número de familiares que se dedicavam a cuidados de indivíduos

de 60 anos ou mais saltou de 3,7 milhões em 2016 para 5,1 milhões em 2019, demonstrando ainda mais a importância da implantação da Política Nacional de Cuidados, aprovada no governo Lula.

- Monitorar ou fazer

companhia dentro do domicílio são as principais atividades requeridas pelos idosos (83,4%)

- Cerca de uma em cada quatro pessoas idosas estavam ocupadas em 2024
- O rendimento médio do trabalho principal

para as pessoas com mais de 60 anos, foi de R\$ 3,108,00, sendo 14,6% superior ao das pessoas de 14 anos ou mais.

- O aumento da expectativa de vida e as mudanças ocorridas nos arranjos familiares nos últimos anos, somados à alta informalidade no mercado de trabalho e à reforma da Previdência de 2019 são fatores que levam à permanência das pessoas idosas no mercado de trabalho por mais tempo.

Ataques à Constituição

Conquistamos, com a Constituição de 1988, a derrubada do autoritarismo e da ditadura, com muita luta e depois de muito sofrimento, opressão e vidas ceifadas. Passamos a usufruir de direitos fundamentais à liberdade, à moradia, à educação, ao ambiente saudável, à divergência, ao voto, à organização e à associação e, em especial, os direitos sociais, com destaque para a seguridade social, que inclui a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social.

Essas conquistas são ameaçadas desde o primeiro dia de sua promulgação, pela sanha de reverter o que é do povo para o lucro de países estrangeiros e de bilionários que querem desmantelar o papel do Estado e privatizar os serviços públicos.

Reforma trabalhista

Um dos mais graves ataques foi o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma, o que levou à Reforma Trabalhista de Temer, cujas principais características afetam diretamente os direitos trabalhistas e sociais. A regulamentação da terceirização ampliou o sistema para todos os setores e atividades, levando ao aumento da rotatividade, à redução da renda, ao aumento dos acidentes e doenças do trabalho e à precarização do mercado de trabalho.

Com um mercado de trabalho desregulado, precarizado e que incentiva a pejotização, muitas vezes fraudulenta; e uma campanha por um falso empreendedorismo individual

que privilegia o individualismo e não a solidariedade, o resultado é:

- permanência de mais velhos por mais tempo no mercado de trabalho;
- simultaneamente dificuldade de reemprego de pessoas mais velhas desempregadas;
- desincentivo à busca do emprego formal e incentivo a outras formas de inserção no mercado de trabalho.

Reforma da Previdência

O governo Bolsonaro, por sua vez, junto com um Congresso Nacional com maioria de parlamentares de direita e extrema direita que atuam contra os trabalhadores para beneficiar os interesses da classe dominante, aprovou a Reforma da Previdência, com a PEC Nº 6, de 2019.

Para o Dieese, os principais riscos estruturais e sociais para a Previdência Social envolvem o desmonte da seguridade, a redução do valor dos benefícios e o aumento da

desigualdade. As análises do departamento apontam que as restrições de acesso e as mudanças nas regras de cálculo ameaçam a proteção social dos trabalhadores.

- Redução de benefícios: com as novas fórmulas de cálculo de aposentadoria, o trabalhador é obrigado a permanecer muito mais tempo na ativa e, mesmo assim, recebe um valor menor do que receberia pelas regras anteriores.

- Impacto sobre mulheres: exigir mais tempo de contribuição ignora a sobrecarga feminina no trabalho de cuidado não remunerado. Em regimes de capitalização, o risco de não alcançar o tempo necessário é altíssimo para as mulheres.

- Precarização: altas taxas de informalidade, que, apesar de ser a mais baixa dos últimos anos, (38,1%) equivale a quase 40 milhões de pessoas dos 103 milhões de ocupados, reduz a base de

arrecadação do sistema, fragiliza a sustentabilidade financeira da Previdência pública.

A luta da pessoa idosa

Para o Setorial da Pessoa Idosa do PT, a luta é a defesa de um envelhecimento digno numa pátria soberana e democrática, com direitos assegurados para se envelhecer bem, com políticas públicas que atendam brasileiras e brasileiros que alcançaram maior longevidade justamente em razão da proteção social estabelecida no Estado Democrático de Direito.

Precisam de um Brasil inclusivo e de gestores e políticos compromissados com políticas públicas que levem à promoção da vida boa e digna para aposentados e aposentadas, pensionistas, beneficiários da assistência social, usuários das políticas de saúde, da acessibilidade e demandantes de cuidados. Cuidar de quem cuidou e cuida do Brasil e da

democracia é exigência impostergável de uma sociedade justa e inclusiva.

Oportunidades para o PT

Estamos falando de 35 milhões de pessoas com direito a voto, e parte deles (a metade) não é obrigatório ir votar. Portanto, um trabalho voltado para esse público, incentivando a presença nas urnas, pode fazer uma diferença importante.

Segundo o Censo 2022 do IBGE e o Dieese, os idosos viviam em 25,1 milhões dos 73,0 milhões de domicílios no Brasil, o que significa que em 34,5% dos lares brasileiros havia pelo menos uma pessoa com mais de 60 anos. (2020).

Os estados com maior percentual de idosos em relação à população de cada um, são os seguintes: RS – 20,2%; RJ – 18,8%; MG – 17,8%; SP – 17,2%, ou seja, três dos maiores colégios eleitorais. ■

Combater desigualdades com a redução da jornada e o fim da escala 6x1

ARTUR HENRIQUE SILVA SANTOS, DANILO MORAES, DARLENE TESTA, PAULO CÉSAR RAMOS E RUAN BERNARDO



FOTO: JOSÉ CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

A discussão sobre a redução da jornada de trabalho voltou ao centro do debate nacional diante das propostas de superação da escala 6x1 e da redução da carga semanal de 44 para 40 ou até 36 horas.

O tema envolve não apenas direitos trabalhistas, mas também produtividade, saúde, geração de empregos e desenvolvimento econômico. A redução da jornada de trabalho é um dos debates mais importantes do mundo contemporâneo. Em diversos

países, a discussão deixou de ser apenas uma reivindicação sindical e passou a integrar estratégias de desenvolvimento econômico, inovação produtiva e melhoria da qualidade de vida da população.

Historicamente, todas as grandes transformações nas jornadas de trabalho

foram acompanhadas de resistência empresarial. A jornada de oito horas, hoje considerada um direito básico, também foi tratada no passado como ameaça à economia. No entanto, a experiência internacional demonstra que a redução do tempo de trabalho pode

impulsionar ganhos de produtividade, estimular inovação tecnológica e melhorar as condições de saúde física e mental dos trabalhadores. Tanto que diversos países com as menores jornadas de trabalho também estão no topo dos rankings de qualidade de vida e equilíbrio profissional, como Holanda, com 30,3 horas, Dinamarca com 32,8 horas e Alemanha com 34,2 horas.

No Brasil, a pauta ganhou força diante da precarização das relações de trabalho, da ampliação da informalidade e do desgaste provocado pela escala 6x1, predominante em setores como comércio, serviços e logística. Desde a Revolução Industrial, a limitação das horas de trabalho é pauta central contra jornadas exaustivas, muitas vezes superiores a 14 ou 16 horas diárias, que comprometem a saúde e a segurança dos trabalhadores. A Constituição de 1934 levou à limitação da jornada ao nível constitucional, fixando 8 horas diárias e 48 semanais, além de

incorporar direitos como salário-mínimo, férias remuneradas e repouso semanal. Esse processo foi aprofundado com a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), em 1943, que sistematizou a legislação trabalhista.

A última vez que o Brasil reduziu a jornada legal foi na Constituição de 1988, quando o limite caiu de 48 para 44 horas semanais — mudança implementada em plena "década perdida", com a economia em recessão, inflação alta e desemprego elevado. Resultado de intensos debates entre movimentos sindicais, defendendo 40 horas, e setores empresariais, que falavam sobre riscos econômicos, o texto final aprovado em 1988 representou um compromisso político e consolidou a limitação da jornada como direito social fundamental. Estudo da profa. Marilane Teixeira, do CESIT Unicamp, demonstra que as empresas não quebraram nem geraram desemprego naquela época ou mesmo atualmente.

No Brasil, a jornada legal permanece em 44 horas semanais, uma das mais altas entre economias industrializadas. A permanência desse modelo convive com baixos níveis de produtividade, alta rotatividade e crescente adoecimento laboral. Isso demonstra que longas jornadas não significam maior eficiência econômica. Pelo contrário: excesso de trabalho frequentemente gera fadiga, acidentes, absenteísmo e queda de rendimento.

Estudos recentes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) indicam que uma eventual redução da jornada para 40 horas semanais teria impacto operacional relativamente baixo em setores como indústria e comércio, ficando abaixo de 1% dos custos operacionais totais. O estudo também aponta que o mercado de trabalho brasileiro possui capacidade de absorção da medida, especialmente se combinada com ganhos de produtividade e reorganização das escalas de trabalho.

Outra pesquisa desenvolvida no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit/Unicamp) estima que a redução da jornada de 44 para 36 horas poderia gerar até 4,5 milhões de empregos no país, além de elevar os índices de produtividade em cerca de 4%. O raciocínio é simples: ao distribuir melhor o tempo de trabalho, cria-se demanda por novas contratações, reduzindo desemprego e subocupação.

A redução da jornada também possui forte impacto social. Trabalhadores com mais tempo livre conseguem ampliar convívio familiar, participação comunitária, acesso à educação, lazer e cultura. Isso fortalece o desenvolvimento humano e reduz problemas relacionados à saúde mental, hoje uma das principais causas de afastamento do trabalho no Brasil.

Do ponto de vista econômico, jornadas mais equilibradas podem estimular o consumo interno, especialmente



FOTO: LULA MARQUES/AGÊNCIA BRASIL

nos setores de serviços, turismo e economia criativa. Países que adotaram modelos mais flexíveis de trabalho observaram aumento de satisfação dos trabalhadores e melhoria da eficiência produtiva. A lógica contemporânea da economia exige menos exploração intensiva da força de trabalho e mais investimento em tecnologia, qualificação profissional e inovação.

Os críticos da redução da jornada argumentam que a medida poderia pressionar custos empresariais, gerar inflação ou reduzir a competitividade. Alguns estudos apontam riscos setoriais, principalmente em segmentos intensivos em mão de obra, como vigilância, limpeza e determinados serviços.

Entretanto, mesmo entre economistas que demonstram cautela, há reconhecimento de que os impactos tendem a ser graduais e administráveis, especialmente se houver políticas de transição e estímulo à produtividade.

O debate sobre produtividade também precisa ser qualificado. Produtividade não significa trabalhar mais horas, mas produzir mais valor com melhores condições tecnológicas e organizacionais. Países com jornadas menores frequentemente apresentam produtividade superior à brasileira porque investem mais em inovação, infraestrutura e qualificação profissional. Nesse sentido, reduzir jornadas pode ser um incentivo para moder-

nização da economia nacional.

Criar possibilidade para as pessoas se dedicarem a outras dimensões da sua vida terá um impacto extraordinário na qualidade de vida, especialmente para as mulheres, ainda submetidas a jornadas muito extensas e desigual divisão do trabalho, visto que o trabalho doméstico e de cuidados ainda segue sob sua responsabilidade, majoritariamente.

A experiência histórica mostra que desenvolvimento econômico sustentável depende da valorização do trabalho. O Brasil não enfrentará seus desafios sociais ampliando precarização e sobrecarga laboral. Ao contrário, será necessário construir um modelo de crescimento baseado em emprego de qualidade, distribuição de renda, fortalecimento do mercado interno e ampliação dos direitos sociais.

A redução da jornada de trabalho representa, portanto, mais do que uma mudança na legislação trabalhista. Trata-se

de uma disputa sobre o projeto de país que o Brasil deseja construir: um modelo baseado na superexploração da mão de obra ou um projeto de desenvolvimento que combine produtividade, dignidade e justiça social?

Se a redução da jornada de trabalho é uma alternativa para melhorar a qualidade de vida dos trabalhadores e das trabalhadoras e promover maior equilíbrio entre vida profissional e pessoal, essa medida pode desempenhar um papel importante no combate às desigualdades sociais, especialmente nas periferias urbanas, onde a população enfrenta desafios relacionados à renda, mobilidade, acesso a serviços e oportunidades de desenvolvimento.

Nas regiões periféricas, grande parte dos trabalhadores e das trabalhadoras dedicam muitas horas ao deslocamento diário entre casa e trabalho. Em alguns casos, o tempo gasto no transporte pode ultrapassar três ou quatro horas por dia. A redução

da jornada permitiria que essas pessoas tivessem mais tempo para investir em educação, qualificação profissional, convivência familiar e participação comunitária, fatores que contribuem para o desenvolvimento social e econômico local.

Outro aspecto relevante é a possibilidade de geração de empregos. Com jornadas menores, empresas podem necessitar de novas contratações para manter seus níveis de produção e atendimento. Essa dinâmica pode ampliar as oportunidades de trabalho para moradores das periferias, reduzindo o desemprego e aumentando a circulação de renda nessas comunidades.

A diminuição da carga horária também pode trazer benefícios para a saúde física e mental dos trabalhadores. Menos horas de trabalho podem significar menor estresse, redução do esgotamento profissional e mais tempo para atividades de lazer e autocuidado. Como as populações periféricas frequentemente enfrentam

condições mais difíceis de trabalho e acesso limitado a serviços de saúde, esses ganhos podem contribuir para a redução das desigualdades sociais.

Além disso, o tempo livre adicional pode fortalecer a participação cidadã. Com mais disponibilidade, os moradores podem se envolver em associações de bairro, projetos culturais, iniciativas esportivas e ações de desenvolvimento comunitário.

Em síntese, a redução da jornada de trabalho pode ser uma ferramenta importante para combater desigualdades nas perife-

rias, ao ampliar oportunidades, melhorar a qualidade de vida e fortalecer o desenvolvimento local. Quando acompanhada de políticas públicas adequadas, essa medida tem potencial para contribuir para uma sociedade mais justa e inclusiva.

A redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1 podem contribuir para diminuir desigualdades nas periferias, por mais tempo para qualificação profissional, pela melhora da qualidade de vida, com menos horas de trabalho e mais dias de descanso que po-

dem reduzir o estresse, o cansaço e problemas de saúde física e mental; pelo fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, com mais tempo à família, à participação social e a atividades culturais e esportivas e a geração de empregos, onde alguns setores, a redução da jornada pode exigir novas contratações para manter a produção e o atendimento. Portanto, extremamente viável.

A redução da jornada, sozinha, não resolve problemas estruturais das periferias, como transporte precário, falta de sanea-



FOTO: TOMAZ SILVA/AGÊNCIA BRAS

mento, violência e acesso limitado à educação de qualidade. Contudo, a redução da jornada e o fim da escala 6x1 podem ser instrumentos importantes para combater desigualdades nas periferias, mas tendem a produzir melhores resultados quando acompanhados de investimentos em educação, transporte público, saúde, habitação e geração de emprego e renda. Em outras palavras, são medidas que podem ajudar significativamente, mas não constituem uma solução única para o problema.

A histórica e intensa disputa entre capital e trabalho tem na redução da jornada e no fim da escala

6x1 uma batalha crucial, pois se trata da apropriação dos ganhos de produtividade decorrentes do trabalho, uma vez que os avanços tecnológicos incorporados pelos empregadores servem para aumentar as margens de lucro e não são compartilhados com a classe trabalhadora e sociedade. Estimativa de vários estudos é que a mudança deve gerar entre 4 a 4,5 milhões de empregos, dinamizando a economia pelo consumo e tempo livre adquirido. Por outro lado, essa temática toca numa outra questão imprescindível, que é a saúde mental. Em 2024, o Brasil registrou meio

milhão de afastamentos por doenças psicossociais, reflexo direto de ambientes laborais de pressão excessiva e assédio. A lógica de viver exclusivamente para o trabalho possibilitou a adesão popular ao fim da escala 6x1, particularmente nos jovens.

A PEC aprovada na Câmara Federal está no Senado e recentes afirmações do presidente demonstram o pouco interesse em colocar a matéria para votação em plenário, potencializando o cenário de disputa neste ano eleitoral. Junto com outras manobras a exemplo da proposta de trabalho flexível da Fiesp, indicam muita luta ainda para que a classe trabalhadora brasileira tenha garantido esse direito básico.

O Brasil está pronto para trabalhar menos e os trabalhadores/as também, pois querem viver mais, especialmente nas periferias. ■



FOTO: TOMAZ SILVAO/AGÊNCIA BRASIL

Autonomia comunitária rural: a participação que sustenta o território

EDUARDA PAZ TRINDADE



FOTO: TOMAZ SILVAO/AGÊNCIA BRASIL

EDUARDA PAZ TRINDADE É DOUTORANDA E MESTRA EM SOCIOLOGIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS), PESQUISADORA COLABORADORA DO INCT PARTICIPA – INSTITUTO NACIONAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA EM PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E AÇÃO COLETIVA.

Quando o debate público fala em “novo mundo do trabalho”, o cenário evocado costuma ser urbano: o entregador na bicicleta, o motorista de aplicativo, a uberização. Quando se fala em transição ecológica e energética, a imagem é a do carro elétrico ou do crédito de carbono.

As periferias rurais brasileiras – assentamentos, quilombos, fundos e fechos de pasto, retomadas indígenas, comunidades extrativistas e ribeirinhas – desaparecem dos dois debates. No entanto, é justamente nelas que se experimenta há décadas uma articulação

entre trabalho, território e meio ambiente e onde esses debates apenas começam a se destacar. Chamamos essas experiências de autônias comunitárias rurais. Tratá-las como forma de participação política, e não apenas como objeto de política pública, é o ponto que este texto

pretende defender.

A noção de autonomia tem trajetória ampla – vai do anarquismo clássico ao autonomismo italiano, do zapatismo mexicano à comunalidade indígena¹. Importá-la diretamente para o caso brasileiro produz mais ruído que esclarecimen-

to. Aqui, autonomia comunitária rural não significa isolamento nem rejeição do Estado. Refere-se a formas coletivas de decidir sobre terra, água, sementes, calendário produtivo e organização do trabalho – formas que precedem o vocabulário acadêmico e que os próprios movimentos têm nomeado em seus termos: território de vida, bem viver², confluência³, autogestão camponesa, modo de vida⁴.

O que está em jogo no plano do trabalho? A unidade produtiva da autonomia rural raramente é o emprego. São arranjos familiares, comunitários e coletivos. O tempo do trabalho se entrelaça ao tempo do cuidado, da festa, do roçado e do mutirão. A divisão sexual do trabalho organiza a reprodução: são as mulheres rurais que ocupam papel central na continuidade da vida e na reprodução das atividades produtivas – e é também daí que emergem suas formas próprias de participação⁵. Reconhecer isso

é diferente de romantizar. A informalidade dessas relações se traduz em ausência de previdência, em vulnerabilidade ao mercado e em precariedade no acesso a serviços. Mas é também daí que vem a contribuição mais concreta dessas comunidades para a soberania alimentar do país: a agricultura familiar responde por parcela majoritária dos alimentos que chegam à mesa brasileira. Esse não é um número marginal – é o avesso silencioso do agronegócio exportador.

No plano ambiental, a tradução conceitual é igualmente delicada. Aquilo que as políticas climáticas chamam de “serviço ambiental” – manejo da floresta, conservação de bacias, custódia de sementes crioulas – é, no vocabulário comunitário, simplesmente modo de vida. Os territórios sob gestão de povos e comunidades tradicionais figuram, comprovadamente, entre os que melhor preservam a biodiversidade. Quando esses modos de vida são traduzidos para a lingua-

gem dos mercados de carbono ou do REDD+, há ganhos possíveis e riscos reais: a financeirização do território pode capturar a autonomia que ela diz remunerar. A pauta ambiental, vista das periferias rurais, não é abstração: é o conflito concreto pela água, pelo agrotóxico que pulveriza a roça, pela mineração que invade a retomada.

No Brasil, esse esforço de tradução tem um nome consolidado em política pública: sociobiodiversidade. A categoria reconhece que a diversidade biológica que se quer preservar é socialmente produzida – não existe sem os povos que a manejam. Mas o mesmo termo que afirma esse vínculo também o expõe à captura: quando a sociobiodiversidade é reduzida a “cadeia de produtos”, a relação entre comunidade e território é convertida em fornecimento, e a autonomia, de novo, vira variável de ajuste.

Daí a tensão central: autonomia não é autossuficiência. Ela se

constitui em relação de interdependência com o Estado e com outros atores – o que implica tanto a disputa por políticas públicas – demarcação, crédito, assistência técnica, programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) pública – quanto a articulação recíproca com universidades, ONGs e movimentos. A pergunta sociologicamente relevante não é “Estado ou autonomia?”, mas que formas de relação com o Estado são capazes de garantir condições materiais sem

capturar a capacidade de autogestão. É nesse fio que as comunidades rurais participam: não apenas das conferências e conselhos, mas do modo como ocupam, produzem e decidem.

Quando se pensa a participação política a partir das periferias rurais, fica visível um deslocamento: ela não cabe inteira nas instâncias formais. Está nas assembleias do assentamento, no conselho do quilombo, na roda das mulheres do sindicato, na reunião do fundo de pasto. Reconhecer essas formas como participação – e não como tradição a ser tutelada – é parte do que significa

pensar, desde as periferias, um novo mundo do trabalho que seja, ao mesmo tempo, uma transição ecológica justa – e, mais fundamentalmente, uma disputa por modos de viver e estar no mundo. O que está em jogo nessas experiências não é apenas como produzir de forma mais sustentável, mas quem decide o que produzir, como organizar o tempo, quais vínculos com a terra e com os outros seres importam. Nesse sentido, as autonomias comunitárias rurais não respondem apenas à crise climática: elas confrontam a própria racionalidade que a produziu. ■

1. SANTOS, Antônio Bispo dos. *Colonização, Quilombos: modos e significações*. Brasília: INCTI/UnB, 2015.
2. HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Império. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001; HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje*. São Paulo: Viramundo, 2003; MARTÍNEZ LUNA, Jaime. *Eso que llaman comunalidad*. Oaxaca: CONACULTA/Secretaría de Cultura/Fundación Harp Helú/Culturas Populares, 2010.
3. ACOSTA, Alberto. O Bem Viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos. Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.
4. ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Terras de quilombo, terras indígenas, "babaquais livres", "castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. 2. ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.
5. IBGE. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2019.

Onde sonham as crianças? Por uma cidade do bem viver contra o racismo ambiental

ALINE NELI

ALINE NELI É MINEIRA, PEDAGOGA, MULTIARTISTA, PÓS-GRADUADA EM NEUROPSICOEDUCAÇÃO, METODOLOGIA DO ENSINO DE ARTES E MESTRA PELO PRIMEIRO PROGRAMA INTERDISCIPLINAR EM ARTES, URBANIDADES E SUSTENTABILIDADE DA AMÉRICA LATINA, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI (MG).



FOTO: DIVULGAÇÃO

O sistema econômico atual, fundado na extração insaciável e na mercantilização da vida, trata a natureza como estoque e os corpos humanos como força de trabalho coisificada, e sob esta lógica, os seis biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, são reduzidos a fronteiras de commodities.

As políticas públicas, frequentemente capturadas pelo agronegócio, corporações e pelo setor imobiliário, reagem com fragmentos paliativos, não com planejamento sistêmico. O resultado é a normalização do desastre como queimadas recorrentes, aquíferos contaminados, cidades asfixiadas por excesso de concreto, desmatamento florestal etc.

Este modelo produz uma segregação territorial e o racismo ambiental revela que populações periféricas, majoritariamente negras e indígenas, são as primeiras a sofrer com enchentes, desmoronamento de casas, lixões e poluição industrial, enquanto os seus filhos crescem sem acesso a parques, rios limpos, moradia digna ou árvores frutíferas. Negar a

uma criança o contato com a biodiversidade local é violação de direitos humanos e injustiça climática. A criança desterritorializada perde a referência de pertencimento, e sem a memória afetiva do bioma, naturaliza a devastação.

Para efetivar direitos, é urgente conectar infâncias à natureza por meio de artes, ciências e edu-

cação, mas não só isso, acesso contínuo à qualidade de vida no território. Precisamos deixar as crianças desenharem com terra da Caatinga, observarem o voo do tuiuiú no Pantanal, sentar na sombra de uma árvore da Mata Atlântica ou calcular a idade de um jequitibá no Cerrado.

A educação ambiental precisa ser multissensorial e crítica, conectando ciências para entender ciclos ecológicos, artes para expressar através das formas, sons e movimentos das linguagens artísticas, refletindo criticamente através da sensibilidade poética dos processos criativos ecoartísticos, mas não só isso, espaços formais e informais de conhecimento que contribuam com uma cultura de restauração, conservação e preservação da biodiversidade local. Cada criança que planta uma árvore nativa do bioma em que vive na própria região ou protege um animal constrói um afeto que resiste ao discurso do desenvolvimento predatório.

As cidades, porém, não foram projetadas para isso, e o urbanismo hegemônico prioriza fluxo de automóveis e valorização imobiliária, não o brincar livre, manifestações artísticas-culturais em grupo ou o bem viver. Uma cidade para os sonhos das infâncias é aquela onde se pode chegar à escola por uma rua arborizada, praças que guardam solos vivos que absorvem chuvas, quintais produtivos e hortas comunitárias que restauram pedaços de Mata Atlântica e o direito ao ônibus gratuito para não separar a criança da reserva florestal mais próxima. Projetar cidades do bem viver é redesenhar territórios do cuidado junto com as comunidades e garantir que famílias não trabalham na escala 6x1 para ter mais tempo de viver com os filhos e filhas.

Preservar, conservar e restaurar os seis biomas exige decolonialidade nas políticas públicas. A Amazônia é e precisa continuar sendo vida e saber tradicional, a Caatinga precisa de programas de cisternas

e viveiros de mudas nas escolas. O Cerrado, de corredores ecológicos que atravessem latifúndios, a Mata Atlântica, de restauração periurbana com árvores frutíferas nativas. O Pampa necessita de sistemas agropastoris regenerativos e o Pantanal, de controle hidrológico que respeite as suas cheias ancestrais. Cada um destes biomas guarda um direito humano básico que é o direito de existir na imaginação e no território de quem ali cresce.

Ao ignorar a conexão infância-natureza, o capitalismo produz gerações analfabetas em seus próprios biomas, vulneráveis à propaganda verde. Mas há resistência como coletivos de mães que ocupam terrenos baldios para criar parquinhos agroflorestais, escolas quilombolas que incorporam o Cerrado ao currículo, artistas que ensinam crianças a narrar o Pantanal por meio de cordéis, comunidades indígenas que cuidam das florestas e etc. São sementes de um novo contrato urbano-ambiental que merecem proteção, direi-



FOTO GABRIEL CARVALHO/SETUR-BA

tos garantidos, dignidade e respeito.

Se o direito humano ao meio ambiente ecologicamente equilibrado deve ser efetivado hoje é porque as crianças de agora são as que tomarão decisão nos espaços de poder no amanhã. Mas não adianta formar consciências sem transformar estruturas, pois precisamos de políticas de mudança de matrizes energéticas e que tribuam o carbono para financiar corredores verdes em periferias, de leis que obriguem novas escolas a

preservar áreas de restinga ou veredas, de planos diretores que reservem, para cada criança, pelo menos um parque público com espécies nativas a menos de 15 minutos a pé de sua casa e etc.

O bem viver não é métrica e mede-se pelo riso de quem colhe juçara na cidade, pela quantidade de nascentes restauradas em bairros de periferia, presença de onças-pintadas (ainda que simbólicas) no imaginário de crianças da Caatinga e muito mais. Só uma economia que sirva à reprodução da vida, e

não ao acúmulo abstrato, poderá projetar cidades que sonham com florestas, não com shoppings.

Que o direito das infâncias à natureza, à água limpa, alimentação nutritiva saudável, o brincar e ao ar puro se torne irrevogável. E que cada bioma restaurado seja, antes de tudo, um gesto de amor que esta geração deve à próxima. Há 6 biomas no Brasil, milhares de crianças e adolescentes, e um tempo curto para provar que ainda sabemos plantar presente e futuro. ■

Escala 6x1 unifica juventude em torno do trabalho decente, defende Vitória Genuino

POR ROSE SILVA



FOTO DIVULGAÇÃO

Nascida na periferia de Olinda, formada em Direito pelo Fies e construída politicamente no movimento estudantil, Vitória Genuino chegou à Secretaria Nacional de Juventude com a experiência de quem conhece, por trajetória própria, os desafios enfrentados por milhões de jovens brasileiros.

“Como mulher negra da periferia em uma universidade privada, cursando Direito pelo Fies, me senti chamada pela militância”, afirma. Antes de assumir o cargo no governo fede-

ral, ela integrou a União Nacional dos Estudantes, o Diretório Acadêmico de Direito e o Diretório Central dos Estudantes da Unicap, atuou na coordenação nacional do MTST

e esteve à frente de mobilizações por moradia digna, trabalho e justiça social.

Em entrevista à Focus Brasil, a secretária defende que o governo Lula vive um momento de reconstrução das políticas públicas para a juventude, depois de anos de desmonte dos espaços de participação social. Para ela, o desafio é combinar políticas concretas, como ID Jovem, Pé-de-Meia, cursinhos populares, novos Institutos Federais e enfrentamento à precarização do trabalho, com novas formas de diálogo com uma geração que nem sempre se organiza pelos caminhos tradicionais da política. “Temos buscado nessa nova gestão pensar novas formas de diálogo com a juventude”, diz.

Vitória também destaca que a experiência nas lutas populares ajudou a moldar sua atuação dentro do governo. “Nos últimos tempos, cumpri muito o papel de diálogo

com o Estado nas negociações das lutas que a gente fazia em Pernambuco. Essa foi uma experiência importante para minha tarefa atual, agora do outro lado”, afirma.

À frente da Secretaria, ela defende a entrega do Plano Nacional de Juventude, classificado por ela como “uma bandeira histórica”, e afirma que o atual governo retomou a juventude como prioridade: “No Lula III, esse novo momento do governo é marcado pela reconstrução das políticas públicas de fortalecimento e ampliação da juventude nos espaços”.

A presença da juventude como sujeito nas políticas públicas é relativamente recente. Quais foram as principais políticas voltadas ao jovens implementadas pelo atual governo?

Conquistamos o Estatuto da Juventude somente em 2013, com as políticas de juventude ainda não completamente fechadas. Uma das nossas lutas nessa gestão é a entrega do Plano Nacional de Juven-

tude, que é uma bandeira histórica. É importante destacarmos a reconstrução desse espaço no Lula III, com um retorno mais forte da Secretaria Nacional de Juventude e com a consciência de que a juventude é uma das prioridades do governo Lula. Na Secretaria mantemos políticas muito importantes, como o ID Jovem, que é a nossa política mais tradicional. Mas como parte da Secretaria-Geral da Presidência, no nosso papel de interlocução com outros ministérios, é importante destacar os cursinhos populares, o Pé de Meia, a construção de novos institutos federais. No governo, quando a gente olha de forma mais ampla, não só para a Secretaria Nacional de Juventude, vemos o um avanço dessas políticas. Temos buscado nessa nova gestão pensar novas formas de diálogo com a juventude, pois avaliamos que de fato é um grande desafio. Temos pensado em estratégias para construir essa comunicação com a juventude. Lançamos recentemente um prêmio voltado para batalhas de rima, saraus

e slams. No Lula III, esse novo momento do governo é marcado pela reconstrução das políticas públicas de fortalecimento e ampliação da juventude nos espaços.

No governo Lula III, houve ampliação da inserção da juventude no mercado de trabalho? E, para além disso, uma das questões que mais afligem os jovens é o acesso a emprego decente. Como estamos em relação a esse tema atualmente?

Vivemos um período histórico no qual temos a menor taxa de desemprego na juventude, mas de fato continuamos com o desafio de entender como melhorar esses empregos para os jovens. Uma das primeiras ações do ministro Guilherme Boulos assim que assumiu foi criar o GT dos trabalhadores por aplicativo, justamente por entender e priorizar as condições desses trabalhadores. Então, é um compromisso do governo dialogar com eles, e foi uma experiência importante. Conseguiu reunir trabalhadores da classe E, em sua maioria, jovens, e

que eles puderam debater e construir junto com a gente um relatório que demonstrasse toda essa nova situação. E a gente tem trabalhado bastante para avançar nos direitos dos trabalhadores por aplicativo e outras áreas profissionais. Outro ponto é que o governo ter assumido de frente o combate à escala 6X1 traz uma pauta que unifica a juventude, pois é algo que vai beneficiar os jovens diretamente. O diálogo também direto com as grandes empresas é um pouco difícil do avanço desses novos direitos trabalhistas, mas o governo tem assumido com prioridade esse processo que coloca no horizonte a nossa perspectiva de melhoria das condições de trabalho.

Uma pesquisa realizada pela FES Brasil em 2025 mostra que as principais preocupações das juventudes brasileiras são pobreza, desemprego e a insegurança (61%), seguidas por violência de gênero, drogas e corrupção. Como tem sido a atuação da secretaria em relação a esses temas?

A pauta da educação dialoga com todas essas questões: o combate à evasão, a perspectiva de permanência, a ampliação de institutos federais, o combate central à violência de gênero. Temos a Secretaria Nacional de Juventude hoje, por exemplo, dialogando com o Ministério do Desenvolvimento Social e a Política Nacional de Cuidados, porque temos a perspectiva de construção de “cuidadotecas”, por exemplo, nas universidades, que são espaços onde jovens estudantes poderão deixar seus filhos enquanto estudam. Hoje, com políticas transversais dentro do governo, dialogamos com essas preocupações, entendendo porém que é um desafio muito grande e é necessário aprimorar

nossa comunicação com essa juventude também.

A mesma pesquisa também aponta uma crise de confiança dos jovens em algumas instituições: 57% não confiam nos partidos, 45% desconfiam da Presidência e 42% do Legislativo. Como você vê essa questão?

Acredito que são duas questões. Primeiro, precisamos de fato nos debruçar sobre novas organizações de juventude. Esse é um desafio ao qual estamos bem atentos, pois chegamos à secretaria com uma tarefa muito clara: o fortalecimento dos movimentos estudantis, dos movimentos de juventude partidários, de quem é organizado e de fato consegue avançar na construção e na defesa



FOTO JOÉDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL

de políticas. Mas existem hoje novas organizações de juventude que não estão necessariamente nesses modelos tradicionais. Por exemplo, a organização por meio da cultura. O prêmio que lançamos recentemente e a rodada pelo país que temos construído dialogando com jovens das batalhas de rima para falar sobre a vida e a política, enfim, sobre diversos temas a partir da cultura. É preciso também olhar um pouco para a perspectiva da construção do Congresso. Tivemos recentemente grandes atos nos quais mobilizamos a sociedade demonstrando como alguns parlamentares votam contra o povo, inclusive.

A juventude responde por quase metade de todas as vítimas de homicídio no país de acordo com o Atlas da Violência em 2025. E pessoas negras têm até 2,3 vezes mais risco de morrer por homicídio do que pessoas brancas no Brasil. Em sua avaliação, o Brasil avançou no combate ao racismo estrutural?

Eu acho que é um trabalho

longo que a gente ainda precisa construir, mas é importante falar um os avanços também. Eu, por exemplo, sou a primeira secretária negra ocupando esse espaço, e isso é importante: ter nos espaços de poder representações negras que possam dialogar diretamente com as pautas, tendo esse lugar de fala. A construção do Ministério dos Povos Indígenas, o fortalecimento do Ministério de Igualdade Racial no governo, sob a condução inicialmente da ministra Anielle e agora da ministra Raquel. O plano Juventude Negra Viva, que tem mais de dez anos, é um diálogo nosso, da Secretaria Nacional de Juventude, com o Ministério de Igualdade Racial. Penso que é um desafio que perpassa todo o debate sobre trabalho, educação e todas as áreas da vida da juventude. Mas há um esforço mútuo de todos os ministérios para a construção de saídas para melhoria da vida desses jovens negros, principalmente nas periferias do país.

Uma das iniciativas recentes da Secretaria é o

Observatório Nacional das Juventudes. Já começou a ser implantado?

O observatório é uma parceria nossa com o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), uma ferramenta voltada principalmente para gestores e pesquisadores de juventude. A ideia é ter um espaço unificado onde a gente possa cruzar dados de institutos e instituições que produzem informação e reunir dentro de uma única ferramenta. E também há a perspectiva de formar uma rede de pesquisadores jovens e de quem pensa juventude. Então, a ideia é um pouco disso. O observatório está em construção, mas já começa pegando temas principais: trabalho, segurança pública, saúde.

Qual sua expectativa em relação às eleições de 2026? Conseguiremos eleger mais jovens, principalmente comprometidos com as políticas progressistas, com os avanços do país de modo

Temos conversado bastante com gestores de

juventude e quem toca a pauta de juventude pelo país acompanhando o nosso ministro Guilherme Boulos e outros ministros também, trabalhando para o fortalecimento dos espaços de gestores de juventude, que eu acho que é importantíssimo. A gente vê muitas experiências pelo país de como a política de juventude é

direcionada. Então, vai ter um município que vai falar de cultura, esporte, lazer e juventude. Em outro estado, de outras políticas sociais. Temos trabalhado para ser ponte entre parlamentares jovens, gestores jovens e o governo federal como uma forma de fortalecimento e territorialização das nossas políticas. E pensando um pouco

no outro lado, a sociedade civil pode destacar o papel do governo Lula na reconstrução dos espaços de participação. O nosso ministério tem a Secretaria Nacional de Participação Social, a Secretaria Nacional de Diálogos e houve um longo trabalho de reconstrução desses espaços. ■



FOTO: PAULO PINTO/AGÊNCIA BRASIL

BARBARA TRISTÃO



CONTATO DA ARTISTA

Instagram: @trstao

Artista plástica, ilustradora, arte-educadora e produtora cultural de Barueri, região metropolitana de São Paulo. Desenvolve pesquisas visuais que investigam o cotidiano e a cultura periférica, partindo de vivências pessoais e territoriais para explorar temas como identidade, sexualidade, autoestima e relações afetivas, buscando construir representações visuais que valorizem corpos dissidentes e aspectos da cultura periférica contemporânea frequentemente invisibilizados.

É fundadora da Feira

Miliano, feira criativa de arte voltada para artistas e empreendedores periféricos situada na Zona Oeste de SP. Já expôs suas obras em equipamentos culturais como Funarte, Museu das Favelas e Fábrica de Cultura de Diadema, além das colaborações com outras instituições em feiras e oficinas criativas, como o Museu Afro Brasil, El Cabriton e Sesc. Paralelamente, atua como arte-educadora, conduzindo oficinas e formações em artes visuais com foco na experimentação, criações autorais e ampliação de repertório artístico. ■





OPORTUNIDADES JUNHO 26

Edital	Foco	Prazo	Link
Edital de intercâmbio cultural Minc nº 1, de 5 de outubro de 2023	Constitui objeto deste Edital a concessão de recursos financeiros com vistas a indenizar despesas de deslocamento, permanência e participação de agentes culturais, para apresentação de trabalho próprio, em eventos, festivais, feiras de negócios e outras atividades culturais, no Brasil e no exterior, que promovam o intercâmbio e a difusão de temas e expressões transversais que – por sua sazonalidade, peculiaridade, transversalidade ou ineditismo, não possuam locus institucional claramente definido no âmbito do Ministério da Cultura.	Até 31 de dezembro de 2026	https://mapas.cultura.gov.br/oportunidade/2059/
Edital De Chamamento Público Nº 14/2026 - Seleção De Projetos De Atividades Formativas Culturais, Para Firmar Termo De Execução Cultural	O objeto deste Edital é a seleção de projetos culturais de atividades formativas para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de São Carlos. Entende-se por projetos culturais de atividades formativas, atividades de caráter educativo, pedagógico ou de capacitação que tenha como objetivo a transmissão, difusão, qualificação ou aprofundamento de conhecimentos, saberes, práticas e técnicas relacionadas às artes, à cultura e à economia criativa.	Até 28 de junho de 2026	https://portal.cultbr.cultura.gov.br/oportunidades/10670

Edital de Chamamento – Seleção de Projetos	Diferente do edital anterior de premiação (que foca no histórico passado), este edital visa financiar a realização de ações e projetos inéditos ou continuados a serem desenvolvidos no futuro. A finalidade é impulsionar a produção cultural do município, abrangendo linguagens diversas, estimulando a economia criativa, a formação técnica e a circulação de bens culturais em áreas urbanas, rurais e periféricas de Bonfinópolis de Minas.	Até 18 de junho de 2026	https://produtos.prosas.com.br/editais/edital?edital_id=18111
Programa de Benefícios às Entidades 2026	Coop iniciou um novo ciclo de incentivo a projetos sociais voltados ao fortalecimento de comunidades em situação de vulnerabilidade. Ao todo, serão destinados R\$ 500 mil para apoiar iniciativas desenvolvidas por organizações da sociedade civil ao longo deste ano. Podem participar organizações da sociedade civil, incluindo associações, ONGs, OSCIPs e instituições sem fins lucrativos que atuem com crianças, adolescentes, adultos, idosos, famílias e demais públicos vulneráveis.	Até 19 de junho de 2026	https://produtos.prosas.com.br/editais/edital?id=18031
Edital Direitos Humanos e Justiça Criminal 2026: Enfrentamento ao Estado de Coisas Inconstitucional	O edital surge num contexto de mobilização para reverter a crise estrutural do sistema carcerário brasileiro, reconhecida pelo STF como um "Estado de Coisas Inconstitucional". A finalidade é fortalecer grupos que atuam na base, promovendo a defesa de direitos das pessoas privadas de liberdade, o combate à tortura, o enfrentamento ao racismo algorítmico/judicial e a promoção de alternativas ao encarceramento em massa.	Até 26 de junho de 2026	https://produtos.prosas.com.br/editais/edital?id=18032

OPORTUNIDADES JUNHO 26

Sua iniciativa quer abrir um CNPJ?	A formalização de iniciativas que já estão atuando e transformando realidades nas periferias é um caminho para acessar recursos e estrutura para ampliar o trabalho. Para iniciativas, abrir um CNPJ significa virar uma OSC. Se você é integrante de uma iniciativa periférica e tem interesse em saber, entre em contato!	Inscrições contínuas.	https://prosas.com.br/editais/14475
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N 002-2024 - DIVERSOS SEGMENTOS CULTURAIS	Constitui objeto deste chamamento público a ATRAÇÕES ARTÍSTICAS PARA PROGRAMAÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL PROFESSOR ANTONIO CARLOS MARQUES, com o objetivo de difundir e valorizar a cultura, no município de Uberaba.	Inscrições contínuas.	https://prosas.com.br/editais/14475



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



WWW.FPABRAMO.ORG.BR